

## MUNICÍPIO DE BOTICAS

## “O ESTADO NÃO ESTÁ DE BOA-FÉ”

**Apesar de municipalista convicto, Fernando Queiroga, Presidente da Câmara Municipal de Boticas, tece duras críticas ao processo de transferência de competências do Governo Central para os municípios iniciado recentemente. O autarca acusa o Estado de não estar de boa-fé neste processo. Apesar disso, Fernando Queiroga ainda mantém a esperança de que, no final, seja possível reunir consensos.**

**BOTICAS**  
CÂMARA MUNICIPAL

► “Sou um municipalista convicto, por isso, um grande defensor da descentralização das competências do Estado. Tendo em conta a experiência que tenho, estou seguro que se gere melhor um território partindo da autarquia local, em detrimento do Terreiro do Paço”, assegura Fernando Queiroga, Presidente da Câmara Municipal de Boticas, confessando que, na Associação Nacional de Municípios, sempre votou a favor deste processo. Para além disso, segundo o autarca, em Boticas, esse trabalho já é realizado com as Juntas de Freguesia. O edil acrescenta: “Sempre pugnei para que o Estado transferisse competências para as autarquias. Assim, à primeira vista, o processo é positivo. O problema é que este acabou deturpado pelo atual Governo. Basicamente, o Primeiro-Ministro disse ao seu staff para perceberem o que não interessa ao Estado,

sendo que seriam essas as competências a transferir para a esfera das autarquias. É neste patamar que está toda esta questão”. Fernando Queiroga vai ainda mais longe e defende que o Governo quer que as autarquias fiquem com o ónus, com as competências que representam as maiores despesas e problemas.

O autarca refere ainda que não existiu qualquer cuidado com o timing da publicação dos diversos diplomas que legislam esta matéria. “Não houve um alinhamento com a realização das assembleias municipais nas diversas autarquias para que as decisões pudessem ser tomadas em tempo útil. Assim, os municípios tiveram que convocar assembleias municipais extraordinárias para que a questão pudesse ser debatida e analisada”. Fernando Queiroga assevera que, no presente mês de junho, a Autarquia vai ter que decidir o que fazer com duas das mais importantes competências: saúde e cultura e o tempo urge, “ainda mais quando os valores que nos apresentaram, ao nível dos possíveis custos, estão completamente desfasados da realidade. Só na



Fernando Queiroga

“SEMPRE PUGNEI PARA QUE O ESTADO TRANSFERISSE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS. ASSIM, À PRIMEIRA VISTA, O PROCESSO É POSITIVO. O PROBLEMA É QUE ESTE ACABOU DETURPADO PELO ATUAL GOVERNO”

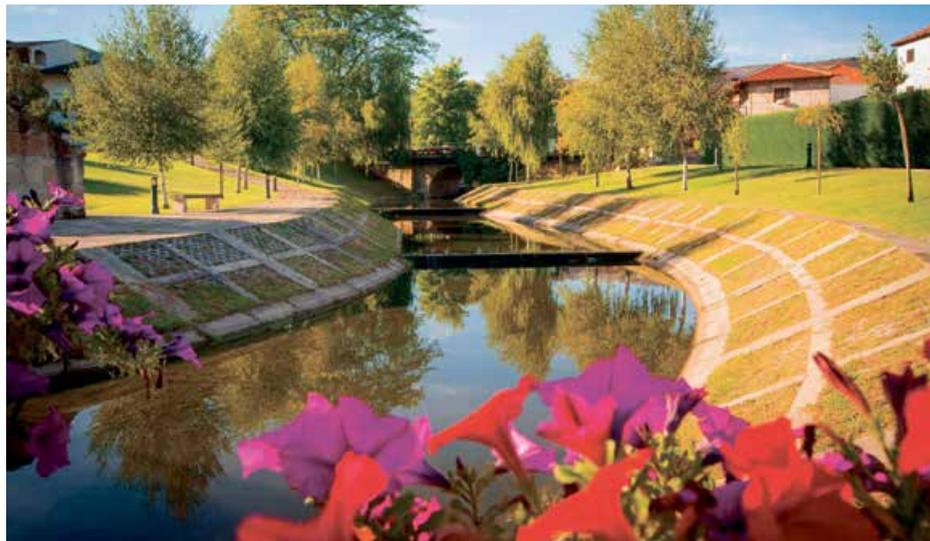
educação falamos de um diferencial de cerca de 200 mil euros/ano. Eu quero aceitar a competência da educação, porém, será que até ao timing limite é possível que o Estado ofereça um valor justo pela transferência das competências nesta área? Além disso, como é que podemos partir para uma negociação sem sabermos quanto é que o Estado gasta com determinada competência? Precisamos de saber quais as verbas necessá-

rias para mantermos a funcionar, com toda a qualidade, este setor determinante na qualidade de vida de uma sociedade. A verdade é que o Estado tem dificuldade em conhecer bem os edifícios dos quais é proprietário. Confesso que gostaria de assumir já esta competência, porém nunca o poderei fazer às cegas. Tenho ainda alguma esperança, contudo não posso deixar de estar preocupado perante tantos avanços e recuos”.



### “O ESTADO NÃO ESTÁ DE BOA-FÉ”

“Não aceitamos algumas competências, basicamente porque não temos, neste momento, recursos humanos que o permitam e uma coisa é certa: quero prestar um bom serviço aos meus munícipes e é para eles que trabalhamos todos os dias”, assegura o autarca que apresenta ainda motivos para a não aceitação de outras competências. No bem-estar animal, por exemplo, o Município de Boticas conta com os serviços de um veterinário e possuiu um canil. Contudo, o salário do veterinário é pago a 50% pela Autarquia e os restantes 50% estão a cargo da Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP). “Se o objetivo da descentralização é reduzir custos para o Estado, percebo que haja a transferência de licenciamentos e fiscalizações para as autarquias. Contudo, além do nosso veterinário, há serviços que são assegurados directamente por profissionais da DRAP. Logo, passando essa competência para a esfera da Autarquia, haverá algum desses funcionários cuja tutela passa também para o Município ou continuará na DRAP? A Autarquia será obrigada a contratar funcionários para assegurarem as funções que são actualmente competência da DRAP? Se assim for, onde é que está a poupança? A verdade é que muitos funcionários da DRAP, que actualmente prestam serviço às autarquias, vão ser esvaziados de funções, mantendo-se os custos do estado e reduzindo-se a produtividade desses serviços”. Fernando Queiroga avisa que, na saúde “o processo é ainda mais surreal”, explicando que “apesar de concordar que a questão clínica do processo fique na responsabilidade do Estado, não consigo perceber porque é que a Autarquia não pode definir o horário de abertura de um centro e saúde ou porque não pode contratar um médico ou enfermeiro caso seja necessário, quando os anteriores clínicos deixam de prestar serviço. Porque é temos que continuar sem médicos ou en-



### “O GOVERNO CENTRAL QUER PASSAR A RESPONSABILIDADE FINANCEIRA PARA AS AUTARQUIAS, NÃO TENDO EM CONTA QUE OS MUNICÍPIOS, DAQUI A DOIS OU TRÊS ANOS, PODERÃO ESTAR EM RUTURA FINANCEIRA POR CAUSA DISSO, UMA VEZ QUE NÃO SOMOS RESSARCIDOS DOS GASTOS QUE VAMOS TER”

fermeiros até que o Ministério decida contratar alguém para ocupar essas vagas? Estes pequenos grandes pormenores não foram equacionados e é por isso que considero que o Estado não está de boa-fé em todo este processo. O Governo Central quer passar a responsabilidade financeira para as autarquias, não tendo em conta que os municípios, daqui a dois ou três anos, poderão estar em rutura financeira por causa disso, uma vez que não somos ressarcidos dos gastos que vamos ter”.

O autarca advoga que a mesma má-fé está presente na transferência de competências ao nível da proteção civil, onde o Estado, “à solapa, quer que a alimentação e combustível dos bombeiros passem para as autarquias e não para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil como até agora. Já queriam que assim

fosse este ano, mas a Associação Nacional de Municípios conseguiu evitá-lo. Tudo isto faz com que, cada vez mais, encare este processo com muita preocupação. As nossas questões não recebem qualquer resposta, sobretudo as de índole financeira. E como é que isso pode acontecer quando falta tão pouco tempo para que as decisões tenham que ser tomadas?”

#### DECISÕES JÁ TOMADAS VS. 2021

“Felizmente, em alguns setores, já se registaram algumas mudanças. Vejamos a questão das vias de comunicação. Numa primeira fase passava tudo para a tutela das autarquias, desde a manutenção até à gestão. Contudo, como vários municípios não aceitaram, a questão foi alterada e os municípios passaram apenas a gerir as vias de comunicação nas zonas urbanas, sendo que a manutenção e a conser-



vação permanecem uma competência do Poder Central. Assim, a competência foi completamente desvirtuada e a simples gestão não é uma verdadeira competência”, acusa o edil. Apesar disso, o Município de Boticas aceitou a transferência de competências das vias de comunicação, os bombeiros e do património do Estado não ocupado. Nesta área, Fernando Queiroga afirma que a Autarquia ainda vai realizar uma avaliação mais profunda “até porque alguns edifícios existentes no concelho poderão ser recuperados e reconvertidos em respostas que irão de encontro às necessidades da população”. Paralelamente, o Município não dispõe de parques de estacionamento pagos, praias e habitação social, “daí que não faça qualquer sentido que aceitemos essas competências”.

Em 2021 todas as autarquias serão obrigadas a aceitar a totalidade das competências, independentemente de concordarem ou não com elas. Fernando Queiroga também critica este facto. “Esta é outra das aberrações deste processo, já que, em 2021, vão realizar-se, precisamente, as eleições autárquicas. Assim, em janeiro, a Autarquia aceita as competências e, em outubro, acontecem as eleições e muitos executivos vão alterar, quanto mais não seja em virtude da limitação de mandatos. Assim, como é que alguém assume uma responsabilidade quando depois não estará lá para a levar a cabo? A Associação Nacional de Municípios já pediu para que essa obrigatoriedade seja adiada, pelo menos, até depois das eleições. Quem vencesse em outubro tomaria a decisão em consciência, sabendo que depois teria que arcar com as consequências dessa decisão. Pedimos apenas que exista bom senso”, conclui. ✚

